

SUMÁRIO

1

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXECUÇÃO FISCAL, *STAY PERIOD*, CO-
OPERAÇÃO JUDICIÁRIA E PRESERVAÇÃO DA EMPRESA: COM-
PREENDENDO O § 7º-B DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005** 21

Fredie Didier Jr.

Elie Pierre Eid

Leandro Aragão

1. Introdução.....	22
2. Sobre a finalidade da suspensão dos processos movidos contra o devedor (<i>stay period</i>) pela Lei 11.101/2005.....	22
2.1. O deferimento da recuperação judicial frente às execuções fiscais anteriormente à Lei 14.112/2020.....	28
2.2. O tema 987 de recursos especiais repetitivos: objeto da tese a ser definida pelo STJ.....	31
3. Exegese do art. 6º, § 7º-B, introduzido pela Lei n. 14.112/2020.....	33
3.1. O princípio da preservação da atividade empresarial como guia interpretativo do art. 6º, § 7º-B da Lei 14.112/2020.....	35
3.2. Necessária relação entre suspensão da execução fiscal e limitações dos atos de constrição dela decorrentes.....	38
3.3. Cooperação judiciária prevista pelo art. 6º, § 7º-B da Lei n. 14.112/2020.....	40
4. O direito intertemporal para aplicação do art. 6º, § 7º-B da Lei 14.112/2020.....	44
5. Repercussões do art. 6º, § 7º-B, sobre as recuperações judiciais e as execuções fiscais em curso.....	46
6. Conclusões.....	48

2

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS E RESOLUÇÃO *ON-LINE* DE DISPUTAS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL 51

Dierle Nunes

Camilla Paolinelli

- | | |
|--|----|
| 1. Considerações Iniciais..... | 51 |
| 2. O e-Acesso à justiça e os novos designs tecnológicos para a resolução de disputas..... | 54 |
| 3. O sistema falimentar, a experiência do caso OI e os insumos para a adaptação procedimental por tecnologia..... | 60 |
| 4. <i>Insights</i> para procedimentos de recuperação judicial <i>smart</i> : prototipando um modelo de SIREC (sistema informatizado para a resolução de conflitos) para falência e recuperação de empresas | 66 |
| 5. Considerações finais | 76 |
| 6. Referências bibliográficas..... | 77 |

3

ANÁLISE SISTÊMICA DO INSTITUTO DA EXTINÇÃO DE OBRIGAÇÕES NA LEI DE FALÊNCIAS, CONFORME ALTERAÇÕES DA LEI 14.112/2020 81

Sérgio Mourão Corrêa Lima

Délio Mota de Oliveira Júnior

Artur Andrade Santos

- | | |
|---|----|
| 1. Breve contextualização | 81 |
| 2. Extinção de obrigações no processo falimentar (antes da edição da Lei 14.112/2020)..... | 83 |
| 3. Alterações introduzidas pela Lei 14.112/2020 | 85 |
| 4. Noções fundamentais acerca das formas de extinção de obrigações.. | 87 |
| 5. As formas de extinção de obrigações na falência conforme alterações introduzidas pela Lei 14.112/2020 | 93 |
| 6. Procedimento para declaração da extinção de obrigações na falência conforme alterações introduzidas pela Lei nº 14.112/2020..... | 96 |

7. Conclusões.....	98
8. Bibliografia.....	100

4

O SISTEMA MULTIORTAS E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE O LIVRE TRÂNSITO DE TÉCNICAS DO PROCEDIMENTO COMUM PARA O PROCEDIMENTO ESPE- CIAL	101
--	------------

Marcelo Mazzola

Rodrigo Freitas Câmara

1. Considerações Iniciais.....	101
2. O Sistema Multiportas.....	103
3. A interface entre a Recuperação Judicial e o Sistema Multiportas.....	106
4. Importação de técnicas do procedimento comum para a Recuperação Judicial	110
5. Conclusão.....	113
6. Referências Bibliográficas	113

5

INSOLVÊNCIA TRANSFRONTEIRIÇA: ESTUDO DE UM CASO.....	115
---	------------

Paulo Henrique dos Santos Lucon

1. Introdução	115
2. Contextualização necessária: Caso Latam	116
3. A adequação da Lei n. 11.101/2005 à insolvência transnacional	118
4. Lei n. 14.112/2020.....	122
5. Lei modelo da UNCITRAL.....	127
6. Conclusões e encerramento.....	130
7. Referências bibliográficas.....	130

6

A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL COMO FERRAMENTA DE AMPLIAÇÃO DO DIÁLOGO ENTRE O JUÍZO RECUPERACIONAL E OUTROS JUÍZOS 133

Fernanda Rocha David

1. Generalidades	133
2. Fundamentos normativos e principais características do modelo de cooperação judiciária nacional do CPC/2015.....	135
3. Aspectos gerais do processo de recuperação judicial.....	140
4. O papel do juízo recuperacional na gestão das questões envolvendo o estado de crise da empresa	143
5. A cooperação judiciária nacional como ferramenta eficiente de ampliação do diálogo entre o juízo recuperacional e outros juízos.....	147
6. Considerações finais	150
7. Referências.....	151

7

AÇÕES PRÉ-ARBITRAIS CONTRA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS PREPARATÓRIAS..... 153

Alberto Lucas Albuquerque da Costa Trigo

1. Introdução.....	153
2. Tutelas de Urgência Pré-Arbitrais.....	154
3. Tutelas de Urgência Requeridas contra Empresas em Recuperação Judicial	161
4. Conclusões.....	166
5. Referências Bibliográficas	167

8

CONSTATAÇÃO PRÉVIA AO DESPACHO DE DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 169
PROCESSAMENTO

Rodrigo Almeida Magalhães

Walter Coelho de Moraes

1. Introdução.....	169
2. A Recuperação Judicial	170
3. Índices Contábeis e de Insolvência no Processo da LRF	173
4. Em prol do aprimoramento do Direito Recuperacional	190
5. Conclusão.....	193
6. Bibliografia.....	194

9

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONSENSUALIDADE..... 197

Trícia Navarro Xavier Cabral

Frederico Ivens Miná Arruda de Carvalho

1. Generalidades	197
2. Da Recuperação Judicial como processo estrutural.....	200
3. Da autocomposição prévia e incidental nos processos de Recuperação Judicial	205
4. Convenções processuais na Recuperação Judicial.....	211
5. Conclusões.....	212
6. Referências.....	213

10

A TUTELA PROVISÓRIA DE NATUREZA CAUTELAR NA RECUPERAÇÃO – ASPECTOS PRÁTICOS E ANÁLISE DA DISCIPLINA DAS TUTELAS PROVISÓRIAS NA LEI 11.101/05 À LUZ DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA 217

Thiago Dias Delfino Cabral

Filipe Guimarães

1. Introdução: noções sobre direito recuperacional, a reforma legislativa e o sistema de tutelas provisórias	217
2. Tutela provisória na LRF – uma análise descritiva das possibilidades previstas na LRF	220
3. A nova recuperação extrajudicial: principais alterações no sistema...	224
4. O suave movimento de “judicialização” da recuperação extrajudicial. Ou: não há razões para distinguir a aplicação do sistema de tutelas provisórias.....	226

5. Uma proposta de interpretação à luz do princípio da eficiência.....	229
6. Conclusão.....	232
7. Bibliografia.....	233

11

O PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NA CRISE DA EMPRESA TRANSNACIONAL	237
--	------------

Márcio Souza Guimarães

1. Introdução.....	237
2. O juízo nacional sempre tem jurisdição sobre os seus empresários...	238
3. A cooperação entre os juízos transnacionais.....	246
4. Conclusão.....	253
5. Referências Bibliográficas	254

12

AS NOVAS REGRAS PROCESSUAIS NA RECUPERAÇÃO E NA FALÊNCIA: CONTAGEM DE PRAZOS, CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO E NEGÓCIOS PROCESSUAIS	257
--	------------

Geraldo Fonseca

Teresa Arruda Alvim

1. Introdução: o mal das incertezas do processo.....	258
2. A forma de contagem de prazos.....	260
3. O cabimento do agravo de instrumento.....	262
4. A admissão dos negócios jurídicos processuais.....	267
5. Referências.....	273

13

INCIDENTES DE CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO PÚBLICO EM PROCESSOS DE FALÊNCIA: UMA ANÁLISE DA AMPLITUDE DO ESCOPO DO INSTITUTO INAUGURADO PELA LEI 14.112/2020 ..	275
--	------------

Otávio De Paoli Balbino

Hugo Moreira Barbosa

Bernardo Henrique Melo Rezende

1. A inovação promovida pelo art. 7º-A, da Lei nº 14.114/2020, que inseriu, na Lei nº 11.101/2005, os incidentes de classificação de créditos públicos	276
1.1. Análise hermenêutica do dispositivo do art. 7º-A da Lei nº 11.101/2005	277
1.2. A aplicabilidade do art. 7º-A às falências decretadas antes da vigência da Lei 14.112/2020	279
1.3. Ideia de classificação na perspectiva do direito de insolvência – natureza do crédito público objeto do incidente	285
2. Estrutura organizacional do Estado – Administração Direta e Indireta.....	286
2.1. Federalismo e noções da Administração Pública.....	286
2.2. Administração Direta e Indireta dos Estados	289
2.3. Autarquias e Autarquias de Regime Especial	291
2.4. Conceito de Fazenda Pública.....	295
3. Aplicação prática do incidente de classificação de créditos públicos previsto no art. 7º-A da Lei 11.101/2005.....	296
4. Conclusões acerca da previsão constante do art. 7º-A da Lei nº 11.101/2005, inserido pela Lei nº 14.112/2020.....	298
5. Bibliografia.....	302

14

CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES ANTECEDENTES OU INCIDENTAIS AOS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	303
--	------------

Darci Guimarães Ribeiro

Guilherme Christen Möller

1. Introdução	304
2. Complexidade, hipermodernidade e o art. 3º do CPC: sobre a influência do paradigma da razão estendida no sistema de gerenciamento de conflitos brasileiros	304
2.1. Complexidade e processo: a transformação do processo a partir dos paradigmas dos estágios socioculturais	304
2.1.1. A Complexidade no paradigma Hermenêutico Processual...	305
2.1.2. A sociocultura e seus reflexos no processo	308

2.2. Hipernodernidade, a genealogia do art. 3º do CPC e o gerenciamento de conflitos no Processo Civil Brasileiro	311
3. Das conciliações e das mediações antecedentes ou incidentais, promovidas pela Lei nº 14.112/2020, no procedimento de Recuperação Judicial	318
3.1. Análise das conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial.....	318
3.2. Duas reflexões sobre a Lei nº 14.112/2020 e a inserção da conciliação e da mediação no procedimento de Recuperação Judicial e Falência.....	322
4. Referências.....	325

15

CONTAGEM DE PRAZOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: A ESPECIALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO JUSTIFICA A DESOBEDIÊNCIA AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL?.....	329
---	------------

Marco Aurélio Peixoto

Rodrigo Frantz Becker

1. Introdução.....	329
2. Generalidades: a contagem dos prazos anteriormente à Lei 14.112/2020.....	330
3. A nova disciplina da contagem dos prazos na recuperação judicial ...	333
4. Conclusão.....	338
5. Bibliografia.....	339

16

O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO E A AÇÃO REVOCATÓRIA NA LEI N. 11.101/05: INSTRUMENTOS DE ESTRUTURAÇÃO DOS ATIVOS NO PROCESSO FALIMENTAR.....	341
--	------------

Eduardo Goulart Pimenta

1. Aspectos Gerais.....	341
2. Pedido de Restituição na Lei n. 11.101/05: regulação e objetivos	347

3. Atos ineficazes em relação à massa falida independentemente de intuito fraudulento	349
4. A ineficácia dos atos fraudulentos praticados pelo falido antes da decretação da quebra	354
5. Referências Bibliográficas	357

17

A FALÊNCIA COMO CONDIÇÃO DE EFETIVIDADE DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: PROBLEMAS ECONÔMICOS E PROCESSUAIS DE TODA EMPRESA SER (LOCALMENTE) IMPORTANTE DE MAIS PARA QUEBRAR.....	359
--	------------

Eduardo da Silva Mattos

1. Introdução	359
2. Objetivos econômico-financeiros de um sistema de insolvência	361
3. O princípio da preservação da empresa e o “importante demais para quebrar”	364
4. Consequências da inviabilidade da falência	370
5. Implementações para melhoria	376
6. Conclusão.....	378
7. Referências.....	379

18

FINANCIAMENTO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO: TIVAS PROCESSUAIS DO DIP FINANCING NO BRASIL.....	383
--	------------

Pedro Cavalcanti Rocha

Bruno Valladão Guimarães Ferreira

1. Introdução	383
2. O contrato de financiamento DIP	386
3. Procedimentos em que o financiamento DIP poderá ser celebrado ...	389
4. Legitimidade para conceder o DIP	390
4.1. Legitimidade para prestar garantias	392

5. Procedimento até a prolação da decisão judicial.....	393
6. A decisão judicial que conhece do pedido de contratação do DIP.....	396
7. Ausência de sucessão do financiador nas obrigações da recuperanda.....	399
8. Falência e rescisão do contrato.....	400
9. Conclusão.....	401

19

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO PROCESSO FALIMENTAR, CONFORME ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ E DISPOSITIVOS DA LEI 14.112/2020	403
---	------------

Sérgio Mourão Corrêa Lima

Délio Mota de Oliveira Júnior

Artur Andrade Santos

1. Breve contextualização.....	404
2. As várias faces da falência.....	405
2.1. Ativos e passivos (massa falida objetiva e subjetiva).....	405
2.2. Aspectos processual e material (concurso formal e obrigacional)	407
2.3. Interdisciplinariedade	410
3. Desconsideração da personalidade jurídica.....	412
3.1. Execução forçada de crédito.....	412
3.2. Hipóteses que ensejam a desconsideração da personalidade jurídica.....	415
3.3. Consequências processuais e materiais da desconsideração da personalidade jurídica	417
3.4. Cabimento de tutela de urgência (liminar) na desconsideração da personalidade jurídica	423
3.5. Desconsideração da personalidade jurídica em grupos empresariais.....	425
4. Jurisprudência pacífica do STJ sobre a desconsideração da personalidade jurídica – extensão dos efeitos da quebra – na execução concursal falimentar	426
5. O art. 82-A introduzido pela Lei 14.112/2020	434
6. Considerações acerca do art. 82-A introduzido pela Lei 14.112/2020.....	435

6.1. Extensão dos efeitos da quebra é sinônimo de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito do processo de execução forçada concursal (falência)	435
6.2. Análise sistêmica do <i>caput</i> do art. 82-A	436
6.3. Análise sistêmica do parágrafo único do art. 82-A	438
7. Conclusões.....	440
8. Bibliografia.....	443

20

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA - LEI Nº 14.112/2020.....	445
---	------------

Osmar Mendes Paixão Côrtes

1. Generalidades acerca do artigo 82-A da Lei 11.101/2005, incluído pela Lei 14.112/2020.....	445
2. Breves considerações sobre a desconsideração da personalidade jurídica.....	446
3. A desconsideração da personalidade jurídica em recuperações judiciais e falências à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	448
4. As alterações da Lei 14.112/2020 e as limitações impostas	452
5. Conclusão.....	454
6. Referências Bibliográficas	454

21

O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) COMO TÉCNICA PROCEDIMENTAL ADEQUADA PARA A SOLUÇÃO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA RECUPERACIONAL.....	457
--	------------

Luiz Roberto Ayoub

Dione Valesca Xavier da Silva

1. Generalidades	457
2. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)	462
3. O processo de recuperação judicial no Brasil.....	462

4. O IRDR como técnica procedimental adequada para a solução do conflito de competência recuperacional	463
5. Conclusão.....	469
6. Bibliografia.....	469

22

REFLEXÕES SOBRE ALGUNS INSTITUTOS DA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....

471

Rodrigo Fux

1. Introdução.....	471
2. Notas Introdutórias sobre a Análise Econômica do Direito	474
3. Análise Econômica do Direito e o Direito da Crise da Empresa.....	476
4. Análise de Institutos da Lei 11.101/2005 à luz da Análise Econômica do Direito.....	481
4.1. Estímulo à Autocomposição.....	481
4.2. Diálogo com o Código de Processo Civil de 2015.....	483
4.3. Possibilidade de Alienação da Empresa e Novos Contornos da Alienação de Unidade Produtiva Isolada	485
4.4. Novel Seção IV-A do Capítulo III da Lei 11.101/2005 e o <i>DIP Financing</i>	488
5. Conclusões.....	489
6. Referências Bibliográficas	491

23

NEGÓCIOS PROCESSUAIS NO ÂMBITO RECUPERACIONAL APROXIMAÇÕES INICIAIS E O CASO DO *STAY PERIOD*

493

Gustavo Osna

Mayara Roth Isfer Osna

1. Notas Introdutórias	493
2. Negócios Processuais e sua Previsão no Regime Recuperacional	494
2.1. Negócios Processuais: Breves Notas	494

2.2. Negócios Processuais no Âmbito Falimentar e Recuperacional.....	499
3. <i>Stay Period</i> e (Im)Possibilidade de Negociação	505
3.1. <i>Stay Period</i> e Regime Recuperacional: Aproximações Iniciais	505
3.2. É Viável a Dilatação Negocial do <i>Stay Period</i> ?	512
4. Considerações Finais	516
5. Referências Bibliográficas	518

24

DO INSTITUTO DA INSOLVÊNCIA AUXILIAR COMO FERRAMENTA NO RASTREAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS. COMBATE AO CRIME AQUISITIVO	521
--	-----

Rodrigo Kaysserlian

Paula Mitie Minohara

Marina Godinho de Oliveira

1. Introdução.....	521
2. A lei modelo da UNCITRAL e a sua adoção pelo Brasil.....	523
3. O procedimento de insolvência auxiliar como ferramenta na coleta de documentos e arrecadação de ativos.....	527
4. Conclusão.....	531
5. Referências.....	532

25

A REFORMA DA LEI 11.101/05 E A LEGITIMIDADE ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA PARA POSTULAR A FALÊNCIA: NOVOS PARADIGMAS	533
--	-----

Luís Manoel Borges do Vale

Leonardo Máximo Barbosa

1. Considerações iniciais acerca da reforma falimentar	533
2. Legitimidade ativa para o pedido de falência.....	535
3. Possibilidade jurídica de a Fazenda Pública postular a falência do devedor.....	537

4. Notas conclusivas.....	547
5. Referências	547

26

INOVAÇÕES PROCESSUAIS À LEGISLAÇÃO FALIMENTAR: A AÇÃO DO ART. 82 E O IDPJ DO ART. 82-A, DA LFRE	549
--	------------

Pedro Cavalcanti Rocha

Bruno Valladão Guimarães Ferreira

1. Introdução.....	549
2. Considerações sobre os arts. 82 e 82-A.....	550
2.1. Caracterizando (i) os sócios também falidos; (ii) os réus dos arts. 82 e 82-A; (iii) a extensão da falência; e (iv) a extensão dos efeitos da falência.....	550
2.2. Fundamentos Jurídicos da Ação do Art. 82 – os Deveres Legais....	554
2.3. Fundamentos Jurídicos do IDPJ do Art. 82-A – Abuso da Personalidade e Fraude.....	556
2.4. Legitimidade Passiva	559
2.4.1. Observações sobre os Sócios no polo passivo.....	560
2.4.2. Prazos Prescricional do Art. 82 e Decadencial do Art. 82-A	560
2.5. Consequências da Procedência da Ação do art. 82 e do IDPJ do art. 82-A.....	562
3. Conclusões	564
Bibliografia	565

27

A CONFUSÃO PATRIMONIAL COMO FUNDAMENTO PARA O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA SUSCITADO CONTRA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	567
--	------------

Humberto Santarosa de Oliveira

1. Contexto	567
2. Breve panorama evolutivo da desconsideração da personalidade jurídica no ordenamento jurídico brasileiro: em busca de melhor delimitação para sua caracterização.....	570

3. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica nos procedimentos de recuperação judicial: a sua consequência	573
4. A vertente objetiva da confusão patrimonial e o seu efeito quando decretada a desconsideração da personalidade jurídica de empresa em recuperação judicial.....	577
5. Conclusão	583
Referências	585